

Fundação Perseu Abramo
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Danielle do Nascimento Cezini Lacerda
RA: 0019313 Turma 2

A Democracia no Brasil sob a Ótica do Neoliberalismo

São Paulo
2014

Fundação Perseu Abramo
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Danielle do Nascimento Cezini Lacerda

A Democracia no Brasil sob a Ótica do Neoliberalismo

Trabalho de conclusão de curso da Fundação Perseu Abramo e da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo para obtenção de título de especialista em Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Livia de Souza Lima

São Paulo
2014

Autora: Danielle do Nascimento Cezini Lacerda

A Democracia no Brasil sob a Ótica do Neoliberalismo

Conceito:

Banca Examinadora:

Professor(a)

Assinatura:

Professor(a)

Assinatura:

Professor(a)

Assinatura:

Data da Aprovação: ____/____/____

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo analisar a democracia no Brasil sob a ótica do neoliberalismo usando como método a revisão bibliográfica, cujo marco inicial foi o ano de 1988, ano que foi promulgada a atual Constituição Federal. Os textos selecionados foram submetidos a Análise Crítica do Discurso. O recorte da pesquisa são os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (FHC). Tais governos inauguraram a era neoliberal no país à partir dos postulados do *Consenso de Washington* (1989). A receita neoliberal prevê a intervenção mínima do Estado, devendo a economia ser regulada pelo mercado e, essa orientação, que atende a lógica do Estado mínimo é a democracia liberal, ou seja, a democracia na sua condição representativa. Já a democracia social compreende a participação popular de forma plena, sendo entendida deste modo como um empecilho ao desenvolvimento do país, pois na concepção neoliberal, o excesso de democracia gera ingovernabilidade. O estudo pretende demonstrar que o neoliberalismo trouxe mais prejuízos do que benefícios para o país, pois a década de 1990 foi marcada por privatizações, demissões em massa e constantes ataques ao funcionalismo público, além de colocar em xeque os direitos sociais e trabalhistas. Em contrapartida, houve inúmeras mobilizações e movimentos grevistas neste período, sendo a Central Única dos Trabalhadores (CUT) a entidade de maior oposição aos governos neoliberais.

Palavras-chaves: neoliberalismo; democracia representativa; democracia participativa.

ABSTRACT

The research aims to analyze democracy in Brazil from the perspective of neoliberalism as a method using a bibliography review whose starting point was in 1988, which was enacted Federal Constitution. The selected texts were subjected to Critical Discourse Analysis. The outline of the research are the governments of Fernando Collor de Mello and Fernando Henrique Cardoso (FHC). Such governments inaugurated the neoliberal age in the country from the postulates of the Washington Consensus (1989). The neoliberal recipe calls for a minimum state intervention, the economy should be regulated by the market, and this orientation that meets the logic of minimal state is liberal democracy, representative democracy in its condition. Social democracy comprises popular participation fully, and thus understood as a hindrance to the development of the country, because the neoliberal conception, the excess of democracy generates ungovernable. The study aims to demonstrate that neoliberalism has brought more harm than good for the country because the 1990s was marked by privatization, layoffs and constant attacks on the civil service as well as putting into question the social and labor rights. In contrast, there were numerous demonstrations and strike movements in this period, and the Central Workers Union (CWU) the entity of greater opposition to neoliberal governments.

Keywords: neoliberalism; representative democracy; participatory democracy.

SUMARIO

1 Introdução -----	6
1.1 Metodologia de Pesquisa -----	7
2. A Democracia no Brasil -----	8
2.1 Democracia Liberal e Social -----	10
3. O Advento do Neoliberalismo -----	13
4. O Plano de Reconstrução Nacional de Collor -----	15
4.1 O Programa Nacional de Desestatização -----	17
5. O Governo FHC -----	21
5.1 O Plano Real e Seus Desdobramentos -----	23
6. Considerações Finais -----	26
Referências -----	28

1. Introdução

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil inaugurou um novo momento na sua história política. Sem dúvida, trata-se da Carta Magna mais democrática já produzida entre nós e, por esta razão, ela foi chamada de *Constituição Cidadã*. Aliás, não é exagero reconhecer que atualmente a sociedade brasileira vive um processo de mudança estrutural – uma mudança protagonizada pelos princípios pactuados pela Carta Magna de 1988 (CLÈVE, 2013).

O principal desafio da Constituição vigente é fazer com que sejam executados integralmente os compromissos ainda não realizados: fim da pobreza, inclusão social, satisfação dos direitos e garantias fundamentais, direitos sociais, etc. Ao mesmo tempo, a sociedade amadurece, exercita sua cidadania e demanda a efetivação dos direitos constitucionais. Vivemos uma nova realidade. Não se trata de discutir princípios, sobre os quais todos estão de acordo, mas alcançar sua plenitude (CLÈVE, 2013).

A *Constituição Cidadã* completou 25 anos de existência em outubro de 2013, no entanto, após a sua promulgação o país viveu um período de retrocessos durante os governos neoliberais (1990-2002). Contudo, os governos pós-neoliberais (2003-2014) conseguiram combater, em grande medida, esse revés e fazer avançar a democracia no país.

Este ano de 2014 haverá eleições para presidência da república, portanto, um momento propício, para uma discussão acerca da democracia no Brasil à partir de diferentes perspectivas. Espera-se, portanto, que as mudanças estruturais vividas atualmente no país sejam contínuas e condizentes com os princípios constitucionais.

A pesquisa tem por objetivo analisar a democracia sob a ótica do neoliberalismo usando como método a análise de discurso. Almeja-se igualmente, discutir a democracia liberal e social, bem como a democracia representativa e participativa. O recorte político da pesquisa são os governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde se objetiva analisar as políticas adotadas por estes governos e de que maneira as exigências pactuadas pelo *Consenso de Washington* foram aplicadas no Brasil. Quais foram os discursos utilizados pelos ex-presidentes para balizarem suas políticas de governo.

Pretende-se também apresentar os problemas vivenciados pela classe trabalhadora durante este período, e igualmente, descrever as principais greves desta época. Falar sobre o surgimento da Força Sindical, cuja criação foi aprovada por Collor. Trazer a tona o cenário das privatizações dos governos Collor e FHC e as suas consequências para o país e o povo brasileiro.

1.1 Metodologia de pesquisa

A pesquisa se caracteriza como qualitativa. De acordo com Minayo e Deslandes (2003, p. 22) “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas [...]”.

O método escolhido foi a revisão bibliográfica realizada por meio de artigos, periódicos, revistas impressas e online e livros publicados a partir de 1988, uma vez que a Constituição Federal data desta época, assim como o “Consenso de Washington”, que aconteceu no ano seguinte a CF, em novembro de 1989. Todos os textos examinados para esta pesquisa encontram-se em português.

O objeto da pesquisa é o discurso adotado pelo neoliberalismo sobre a democracia. Deste modo, a metodologia utilizada foi a análise de discurso, que de acordo com Gondim e Fischer (2009, p. 11), trata-se de “uma teoria que tem como objeto de estudo o próprio discurso”. O modelo de análise de discurso adotado é a Análise Crítica do Discurso (ACD), desenvolvida por Norman Fairclough (2001 apud TILIO, 2010).

A ACD contempla a análise linguística, a crítica social e o momento sócio-histórico da contemporaneidade. Também enfoca a desigualdade social e as formas pelas quais os textos são usados para denotar poder e ideologia. (TILIO, 2010).

2. A Democracia no Brasil

O Brasil não é considerado um país de tradição e cultura democráticas, contudo, vem conseguindo persistir nesse caminho por 29 anos (RODRIGUES, 2013). A transição para a democracia foi um longo e lento processo no país. Teve início em meados da década de 1970 e foi concretizada somente no início de 1985. O movimento de redemocratização que ocorreu no Brasil foi o resultado de um profundo processo político. A democracia resultante não foi um brinde ou uma doação do regime militar, mas sim uma conquista da sociedade civil (PEREIRA, 1988).

No dia 15 de março de 1985, o civil José Sarney assumiu o Planalto, após 21 anos de Ditadura Militar. Antes do golpe de 1964, o país viveu um lapso democrático durante a República Velha (1889 à 1930), mas seria uma licença poética dizer que esse período viveu uma democracia plena (RODRIGUES, 2013).

Durante a Ditadura Militar o país viveu um período considerado antidemocrático, pois não era permitida a participação popular. Deste modo, onde existiu *autoritarismo*,¹ não foi possível existir democracia.

A Constituição Federal promulgada no dia 5 de outubro de 1988, consolidou o Brasil como um Estado Democrático de Direito. Por essa razão, se destacam como fundamentos de nossa República a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, nos incisos I, II e III desse mesmo artigo, cujo parágrafo único encerra, dedicando o princípio da soberania popular: "todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição" (BRASIL, 1988).

Na história sociopolítica do Ocidente, as constituições progrediram em relação ao reconhecimento dos direitos sociais, ao lado dos direitos civis e políticos.

¹ Derivado do absolutismo, o autoritarismo caracteriza-se pelo exercício do poder por uma só pessoa, que toma medidas sobre os súditos a seu bel-prazer e em exclusividade, caracterizando-se pelo arbítrio na prática desse mesmo poder. Não seguindo modelos superiores jurídicos ou éticos, o autocrata reveste-se de particularidades despóticas, possuindo uma série de mecanismos executivos como, por exemplo, tribunais e forças armadas, que aplicam as suas diretivas. Contrário à democracia, este conceito pode também estar presente no seio de um partido político, ainda que a grande maioria dos seus membros possa não se aperceber desta finalidade, desenhada por poucos ou mesmo só um indivíduo. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$autoritarismo;jsessionid=ArKM-pdkfbLiaTRI+H3G4g__](http://www.infopedia.pt/$autoritarismo;jsessionid=ArKM-pdkfbLiaTRI+H3G4g__)>. Acesso em 29 jan. 2014.

A abertura do Estado à efetiva participação do povo em sua gestão e controle foi incentivada. Isso porque o povo é o titular legal do poder estatal, do qual o exercício pode ser por via direta ou por representatividade. Em suma, nossa democracia é participativa. Cabe enfatizar que o povo decidiu participar da gestão e do controle do Estado brasileiro (CGU, 2010).

Embora a promulgação da Constituição de 1988 tenha sido uma grande vitória para os brasileiros, o país não conseguiu usufruir de suas prerrogativas democráticas, no sentido mais pleno do termo, durante os governos neoliberais na década de 1990. E, isso aconteceu porque a democracia é vista pelo neoliberalismo por um viés bem diferente do que preconiza a nossa Constituição Federal, uma vez que essa orientação política, econômica e social vislumbra a democracia apenas na sua condição representativa.

Nessa perspectiva, os direitos sociais contemplados pela atual Constituição são vistos como um empecilho ao desenvolvimento econômico do país, uma vez que uma das premissas do neoliberalismo é a intervenção mínima do Estado (SADER, 2013).

O momento atual em que vivemos, chamado por Emir Sader (2013) de *pós-neoliberalismo*², dá destaque a democracia participativa, uma vez que são disponibilizados canais de comunicação com a sociedade. A participação popular foi incentivada no governo Lula, a partir de 2003, e tem alcançado projeção na gestão Dilma.

É por isso que a compreensão de democracia para o Partido dos Trabalhadores vai na contramão do neoliberalismo, pois, o Partido entende que a democracia pressupõe o exercício da cidadania, e esta por sua vez vai muito além do direito ao voto. Cidadania é a população com o direito de participação ativa na gestão da coisa pública, seja por meio dos Orçamentos Participativos, dos Conselhos de Controle Social, das Conferências de Políticas Públicas, etc.

Vale salientar que em 2014 haverá eleições presidenciais no país e de acordo com as fontes oficiais,

2 As experiências pós-neoliberais se caracterizam ao mesmo tempo pela recusa retórica do neoliberalismo e por conter muitos de seus traços fundamentais. O pós-neoliberalismo é baseado em continuidades e discontinuidades que configuram um novo contexto histórico que não tem nada de parecido com a forte intervenção na economia dos tempos do pós-guerra, seja do keynesianismo ou do desenvolvimentismo, mas que reconfigura a ação estatal em relação à sociedade civil e deixa de lado a retórica dos livres mercados como o único horizonte da condução das políticas econômicas. É correto caracterizar o pós-neoliberalismo como um período de transição, com duração variável, para a reorganização da economia, a articulação de um novo papel do Estado, emergência de novos atores sociais e superação da retórica dos livres mercados. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6671&Itemid=79>. Acesso em 24 abr. 2014.

o senador Aécio Neves é o pré-candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) à presidência da república; um candidato defensor da política neoliberal, conservadora e de direita, como já assistimos nas gestões de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Diante da configuração desse quadro político é oportuno lembrar que nas gestões dos petistas Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014), governos considerados pós-neoliberais, o Brasil avançou de forma significativa no que se refere às políticas sociais e, que um possível retorno ao neoliberalismo, com Aécio Neves, significaria abrir mão das importantes conquistas que essas administrações legaram ao país e uma interrupção ao processo democrático popular e participativo.

Desta maneira, é extremamente relevante esclarecer a concepção de democracia para o neoliberalismo a fim de evitar que as conquistas sociais e trabalhistas, alcançadas por meio de tantas lutas, sejam usurpadas dos trabalhadores. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), afirmou que “é preciso enterrar a Era Vargas”, ou seja, ele defende uma flexibilização das leis trabalhistas, que na sua opinião, se encontram “engessadas” pelo Decreto-Lei N° 5452 de 1° de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) que regulamenta as relações individuais e coletivas de trabalho (GIANOTTI, 2007. p. 288).

2.1 Democracia Liberal e Social

Por democracia entende-se uma das várias formas de governo em que o poder não se concentra na mão de um só ou de poucos, mas de todos ou de muitos. Deste modo, pode-se dizer que o Estado liberal não é exatamente democrático, visto que o liberalismo entende que a função do Estado deve ser reduzida. O liberalismo é uma doutrina do Estado limitado, seja em relação aos seus poderes, bem como as suas funções (BOBBIO, 2000).

O modelo de democracia liberal passou a ser o referencial adotado pela maioria dos países ocidentais. Dentre as principais características desse sistema político destaca-se o atributo representativo, isto é, o cidadão comum elege os seus mandatários a quem delega a tomada de decisões em seu lugar (GAROFANO, 2012).

A democracia liberal, também conhecida como representativa, também pode ser chamada de

democracia de mercado, pois cada vez mais defendem interesses próprios e representam cada vez menos a alguém (ROCHA, 2009).

Considerando a conjuntura global, em especial, do Brasil, no que se refere às manifestações populares de junho de 2013, é notório apontar a insuficiência do voto como único instrumento de consolidação da democracia (CORDEIRO, 2013).

A contemporaneidade vive uma crise da teoria democrática, uma vez que há uma crise da representatividade. Nesse sentido, Cláudio André de Souza afirma que

[...] a falta de vínculos entre representantes e representados abre alas para o descontentamento com a democracia e suas instituições, intensificado pela falta de atendimento de reclamos sociais. Outrossim, o arranjo democrático confere maior *status* aos representantes sobre os representados, acabando por evidenciar benefícios em representar e “prejuízos” no ato de ser representado. Posta como a ponta do iceberg, é espinhosa a tarefa de conceber a crise da representação senão se tratar de uma crise democrática. Todavia, é imprescindível o reconhecimento dos esforços investigativos por parte da teoria democrática ao entender que a consolidação da democracia prescinde do instituto da representação política (2012, p. 3).

Considerando que a democracia representativa está em crise, é necessário pensar outras formas de se fazer democracia. De acordo com Bruno Lima Rocha (2009), a democracia social pressupõe a participação popular, ou seja, quando a coletividade organizada toma para si as decisões essenciais de uma parcela da sociedade.

O princípio da participação da sociedade civil se consagrou por meio da Constituição de 1988 (DAGNINO, 2004).

Além dos meios formais de democracia participativa, é necessário pensar em mecanismos informais de participação popular, não se restringir apenas ao referendo e ao plebiscito. Um bom exemplo de democracia participativa informal são as audiências públicas e os fóruns de debate pela internet. Tais espaços precisam ser fomentados pelo Estado (CORDEIRO, 2013).

Um exemplo exitoso de democracia participativa que se destacou na década de 1990 foram os orçamentos participativos, protagonizado pelo ex-prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra do PT, eleito em 1988. A partir da experiência pioneira de Porto Alegre, os orçamentos participativos foram implementados em mais de 140 cidades brasileiras, sendo a maioria governada por partidos de esquerda, em especial, o PT (DAGNINO, 2004).

Ao analisar de forma crítica o discurso neoliberal a respeito da democracia, é possível concluir que o excesso de democracia traz riscos a própria democracia, uma vez que o processo de politização da sociedade, incentivado no período do *Welfare State*³, exerceu inúmeras pressões ao sistema, deste modo, foi preciso despolitizar a sociedade e suas demandas, adequar as reivindicações dos diversos grupos sociais em planos que não se propaguem em direitos universalistas e tornem-se empecilhos à acumulação ampliada do capital, ou seja, mais mercado e menos regulações democráticas (NEGRÃO, [s.d]).

3 Estado de bem-estar social, Estado-providência ou Estado social é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com o país em questão. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_de_bem-estar_social>. Acesso em: 28 fev. 2014.

3. O Advento do Neoliberalismo

Após a ruína das experiências socialistas e comunistas no século XX, período que deveria ter sido o século do proletariado, o neoliberalismo podia vangloriar-se de ser a única opção político-econômica mundial. As décadas de 1980 e 1990 foram decisivas para o neoliberalismo, os “anos de ouro”, como foi chamado. A Inglaterra e os Estados Unidos protagonizaram o advento do neoliberalismo no mundo. Margaret Thatcher, então, primeira ministra da Inglaterra e Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos da América, promoveram as mudanças políticas, econômicas e ideológicas que aconteceram no planeta (GIANOTTI, 2007).

Na América Latina, o *Consenso de Washington* foi determinante para efetivar a política neoliberal. Funcionários do governo norte-americano, organismos financeiros internacionais, como, o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), se reuniram em novembro de 1989 na capital Washington (EUA) para avaliar as reformas econômicas empreendidas nos países latino-americanos. Para relatar as experiências dos países, estiveram presentes também economistas latino-americanos (BATISTA, 1994).

Segundo Heloisa Golbspan Hercovitz,

A política neoliberal prevê a desregulamentação e a liberação de mercados e preços, a abertura da economia ao capital estrangeiro, a privatização de empresas e serviços públicos, a redução do papel do Estado na economia acompanhado do corte nos gastos públicos, a redução de taxas e impostos sobre rendas elevadas e o capital, e a neutralidade em relação à concessão de incentivos para exportação, entre outros aspectos. Estas medidas geram estabilização macroeconômica. Os ajustes devem seguir uma orientação monetária e fiscal do tipo recessiva (1994, p. 102).

De um modo geral, pode-se afirmar que o *Consenso de Washington* faz parte do conjunto de reformas neoliberais, sendo que o centro desta doutrina está na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira e na intervenção mínima do Estado na economia (NEGRÃO, [s.d]).

No Brasil, o neoliberalismo chegou aos poucos (NEGRÃO, [s.d]). A adesão do país aos postulados neoliberais consolidados no *Consenso de Washington* ocorreu durante o governo Collor (BATISTA, 1994).

Na década de 1990, vários países latino-americanos fizeram a adesão aos postulados neoliberais em

seu plano econômico, político e ideológico. Além do México, Chile, Bolívia, Argentina e Venezuela, países precursores na instituição deste regime; o neoliberalismo surgiu no Brasil diante de um cenário bastante crítico à política nacional-desenvolvimentista. Após a crise da dívida externa, houve no país várias tentativas de controle da inflação, seguidas de fracassos dos planos econômicos para estabilizá-la e, essa crise abriu espaço político para o projeto neoliberal no país (MARCELINO, 2011).

No Brasil, o neoliberalismo nasceu aliado à abertura econômica e à democratização, culminando com a ruína do protecionismo e com a diminuição dos direitos trabalhistas procedentes do populismo. As orientações neoliberais foram adotadas por amplos setores da sociedade brasileira, tais como: governantes, empresários, sindicatos, lideranças dos movimentos sociais e intelectuais (MARCELINO, 2011).

4. O Projeto de Reconstrução Nacional de Collor

No dia 15 de Março de 1990, Fernando Collor de Mello tomou posse como presidente eleito por eleições diretas. Em seu discurso de posse ele anunciou seu projeto de reconstrução nacional e, apresentou de forma sucinta os grandes temas de seu programa de governo que receberiam um tratamento diferenciado em sua gestão, a saber: “[...] democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo”.⁴

Na ocasião, Collor afirmou que seu primeiro compromisso era com a democracia, enfatizou ainda que “[...] o princípio democrático se acha vivificado pela prática da cidadania”. Em seguida esclareceu seu entendimento de cidadania dizendo:

A cidadania é o direito do indivíduo na convivência republicana, na liberdade como diálogo e na justiça como respeito mútuo entre as pessoas e grupos. Por isso me esforçarei por governar sem jamais perder de vista o valor do cidadão. Entre nós o poder foi quase sempre exercido principalmente para reforçar o estado. É hora de exercê-lo para fortalecer a Nação, como coletivo de cidadania. Não basta governar para o povo – é preciso aproximar o Governo do povo, o poder de cidadania, o estado da Nação. É um compromisso sagrado de minha parte.⁵

Ao analisar o discurso do ex-presidente, é possível notar que ele não menciona a participação popular em nenhum momento, seu discurso fica na superficialidade. Ora, não seria a participação popular condição *sine qua non* para o exercício da cidadania? Ao invés de falar em participação, ele prefere usar a palavra convivência, sugerindo assim a ideia de harmonia. Ele também se refere a aproximação entre governo e povo como sendo uma mão de via única, ou seja, é o governo quem controla essa aproximação, indicando desta forma, que é preciso ter limites.

Além disso, Collor preferiu dar destaque a Nação em detrimento do Estado, uma vez que sua gestão fez adesão a política neoliberal, cujo cerne é o Estado mínimo. Sendo assim, o Estado não poderá mais ser reforçado.

Outro ponto que ganhou destaque em seu discurso foi a inflação galopante que assolava o país, que havia ultrapassado o índice de 2000% naquele ano. Por este motivo, no dia seguinte a sua posse a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anunciou o “Plano Collor” (GIANOTTI, 2007).

4 BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1990, p. 11. Acesso em: 8 mar. 2014.

5 Ibid. p. 12

O Plano visava estabilizar a moeda, mas acabou colocando em xeque a segurança jurídica da propriedade privada: além de retomar o congelamento de preços, embargou e reduziu parte dos recursos financeiros do empresariado e da classe média (SALLUM JR, 1999). O Plano confiscou a poupança de milhões de brasileiros. Eram o enxugamento e a recessão que o FMI tanto queria (GIANOTTI, 2007).

Na verdade, o Plano Collor inaugurou a era neoliberal no país, que tinha como dimensão inicial o combate à inflação, isso por sua vez se mostrou um método audacioso de redefinição do modelo de acumulação do capital e de investida contra os direitos sociais e trabalhistas (MACIEL, 2011).

Collor também anunciou a necessidade de combater em seu governo, a prevaricação, a corrupção e o empreguismo. Enfatizou sua preocupação com a moralização do serviço público. Destacou a ociosidade, o absenteísmo, os altos salários e o nepotismo dos servidores como sendo uma afronta ao povo brasileiro. Por esta razão, prometeu realizar um rigoroso levantamento e racionalização do setor público, alegando que desta forma estaria respeitando os verdadeiros servidores.

Collor atacou o funcionalismo público com o intuito de justificar o saneamento da máquina estatal. Para isso, se valeu da fama consagrada de “caçador de marajás⁶”; *slogan* que conquistou o eleitorado e foi fundamental para a sua vitória no pleito presidencial de 1989 ao derrotar nomes importantes do cenário político brasileiro, como, Luiz Inácio Lula da Silva, Mario Covas, Paulo Maluf, Leonel Brizola e Ulysses Guimarães.

O Governo Collor reduziu drasticamente as despesas do Estado, isto por sua vez desorganizou a administração pública com dispensas em massa de funcionários. Collor também tentou fragilizar as organizações operárias que se manifestaram enquanto oposição, por isso, incentivou organizações alternativas ligadas ao governo (SALLUM JR, 1999).

Sendo assim, em março de 1991, Collor apoiou a criação de uma nova Central Sindical, chamada Força Sindical (FS). Esta organização sindical, defenderia parte do projeto neoliberal no movimento organizado dos trabalhadores, e também se posicionaria contra a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (GRACIOLLI, 1997).

6 Reportagem realizada pela Revista Veja, publicada no dia 23 de março de 1988, a matéria de capa foi: Collor de Mello - O Caçador de Marajás. O título da matéria foi: A guerra ao turbante. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_23031988.shtml> Acesso em: 22 mar. 2014.

Após atacar os “marajás”, o ex-presidente sinalizou em seu discurso a necessidade de modernizar o país. Para cativar a atenção dos brasileiros, Collor chamou os carros nacionais de “carroças” (GIANOTTI, 2007).

O *marketing* em torno da modernização do Brasil, sem dúvida, foi fundamental para cativar o povo brasileiro, em especial, o eleitorado jovem. Segundo Luiz Antônio Dias [s.d.], parte significativa da juventude brasileira optou pela candidatura Collor atraída pelo fascínio do seu discurso moralizante, da promessa da inovação e da modernização do país e que foram amplamente explorados em sua campanha, quando, na verdade, tratava-se de um candidato de permanências, e não, de mudanças; Collor não passava de um mero representante da classe conservadora e da elite tradicional do país.

4.1 O Programa Nacional de Desestatização

Visando atender a demanda de “modernização” conforme preconizou a agenda neoliberal, Collor anunciou durante a campanha eleitoral o Programa Nacional de Desestatização (PND), criada pela Medida Provisória N°155 de 15 de março de 1990. Embora tal programa tenha alcançado grande fôlego em seu governo, suas origens reportam ao tempo de Figueiredo, pois, já em 1981, foi criada a Comissão Especial de Desestatização, responsável pela privatização de 20 empresas. Este projeto teve continuidade durante o governo Sarney, quando mais 18 empresas foram privatizadas (ALMEIDA, 2007).

Durante os governos Collor, Itamar e FHC, houve uma intensa campanha contra as estatais brasileiras, uma verdadeira “lavagem cerebral” promovida pela mídia com o objetivo de facilitar as privatizações, sob o argumento da necessidade de se baixar os preços dos produtos e aumentar a competitividade, ajudando assim os consumidores. Além disso, defendiam em seu discurso que as privatizações promoveriam mudanças na qualidade dos serviços prestados, uma vez que estas empresas seriam mais “eficientes” do que as estatais brasileiras (BIONDI, 2012).

A dicotomia entre público e privado fica em evidência o tempo todo, entretanto, na concepção neoliberal, o privado é considerado mais eficiente, mais moderno e por isso é melhor do que o público, que por sua vez, se apresenta como obsoleto.

Apenas dois meses após a posse de Collor, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Brasília

expôs faixas, cujas palavras de ordem eram “Fora Collor”. Essa frase passou a ser repetida e a ganhar destaque em vários sindicatos filiados à CUT (GIANOTTI, 2007).

Em junho de 1990, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) realizou a primeira greve contra as privatizações defendidas pelo governo neoliberal de Collor. A greve foi liderada pelo Comando de Greve dos Trabalhadores (CGT) da própria fábrica. Quase no mesmo período, a federação dos trabalhadores do setor de serviços urbanos inicia uma longa greve contra os planos de privatização dos serviços de gás, eletricidade, água e esgoto (GIANOTTI, 2007).

O Governo Collor fechou o ano de 1992 com um número expressivo de privatizações. Foram vendidas as seguintes estatais: Usiminas, a Celma, a Mafersa, a Petroflex, a Álcalis e a Acesita. Ainda estava por vir, a venda das gigantes como a Telebrás, Vale do Rio Doce, Eletrobrás e a Petrobrás. Era a destruição da bandeira nacionalista e desenvolvimentista levantada por Vargas (GIANOTTI, 2007).

Em 1993, na gestão de Itamar Franco, foi a vez da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ser privatizada. Como protesto pela decisão unilateral do governo em se desfazer dessa estatal, a CUT organizou uma manifestação em frente ao prédio da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, com aproximadamente dois mil trabalhadores. O objetivo da manifestação era tentar impedir o leilão. Contrária a esse movimento, a Rede Globo deu ampla cobertura ao posicionamento do então presidente da Força Sindical, Luiz Antônio Medeiros, que manifestou seu apoio incondicional à privatização da CSN, e que a classe trabalhadora concordava com a decisão do governo (GIANOTTI, 2007).

O jornalista econômico, Aloysio Biondi (2012) apontou inúmeras manobras que os governos neoliberais fizeram nos bastidores a fim de promoverem as privatizações no país. Entre as manobras estão: permissão para os compradores financiarem a entrada da compra das estatais pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), bem como o parcelamento do restante do valor com juros mais baixos que os valores fixados no Brasil e com o prazo de 30 anos para a sua quitação; os compradores não teriam que pagar as dívidas das estatais, pois elas seriam “engolidas” pelo governo; o dinheiro que as estatais tinham em caixa seriam entregues de bandeja aos compradores; antes da venda, o governo promoveria melhorias na infraestrutura das estatais.

Para melhor elucidar os bastidores das privatizações, citarei como exemplo, os escândalos

envolvendo a venda da Telebrás, apontando os investimentos que o governo fez na estatal antes da sua venda. Deste modo, destaco abaixo um trecho da obra de Aloysio Biondi, em que ele descreve:

Em 1996, o governo duplicou os investimentos nas teles, alcançando 7,5 bilhões de reais, chegou aos 8,5 bilhões de reais em 1997 e investiu mais 5 bilhões de reais no primeiro semestre de 1998, totalizando, portanto, 21 bilhões de reais de investimentos em dois anos e meio. [...] Com essa “dinheirama”, o governo ampliou as redes, instalações, estações, cabos, toda a infraestrutura do sistema telefônico, deixando tudo pronto para as telefônicas chegarem, puxarem as linhas até a casa do freguês e começarem a faturar para seus próprios cofres (2012, p. 19-20).

Reparem a manobra artilosa do governo, pois investiu bilhões de reais para melhorar a infraestrutura, para em seguida vender o patrimônio. A venda foi realizada em 29 de julho de 1998, por meio de 12 leilões consecutivos na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Foi a maior privatização já realizada no Brasil. O valor arrecadado com a venda foi de R\$ 22 bilhões (BNDES, 2009). Cabe ressaltar, que o investimento feito antes da venda foi de R\$ 21 bilhões, ou seja, o lucro foi de apenas R\$ 1 bilhão.

Diante dos fatos, nota-se que faltou transparência nas transações, o governo não consultou o povo e se valeu do autoritarismo; noutras palavras, a população brasileira não foi consultada em nenhum momento sobre as decisões que foram tomadas. A influência da mídia foi fundamental para a concretização da negociata, pois os noticiários anunciavam o tempo todo que seria um negócio promissor para o país e o seu povo, quando na verdade tratava-se de uma transação prejudicial. Quase toda a população brasileira foi enganada por essa falácia, sem se dar conta disso. O jogo ideológico da mídia conseguiu garantir a hegemonia do mercado e manter os brasileiros na inércia.

Importante enfatizar que apesar da inércia da maioria, existiu quem reagisse ao que estava acontecendo no país, pois ainda no começo do Governo Collor, sob o impacto do “Plano de Reconstrução Nacional”, houve resistência por parte dos trabalhadores, em especial as categorias filiadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que começaram a insurgir contra as medidas do governo (GIANOTTI, 2007).

Em São Paulo, alguns setores da CUT foram imediatamente às ruas denunciar o plano do governo que havia sido anunciado como “plano salvador da pátria”, como por exemplo, a greve que durou quase uma semana na siderúrgica Aliperti, liderada pela CUT regional da Grande São Paulo (GIANOTTI, 2007).

A Era Collor deixou uma amarga herança para o país, pois as diretrizes do pensamento neoliberal da sua administração sobreviveram ao seu *impeachment* e continuaram a contar com forte apoio externo. O neoliberalismo continuou a influenciar de forma marcante o cenário político brasileiro, tendo conquistado a grande imprensa e parte considerável dos políticos do Congresso Nacional (BATISTA, 1994).

5. O Governo FHC

No dia 1º de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso tomou posse como presidente da república, substituindo Itamar Franco, que governou o país após o *impeachment* de seu antecessor, Fernando Collor de Mello.

Em seu discurso, FHC reforçou as prioridades que estabeleceu junto ao eleitorado brasileiro:

As prioridades que propus ao eleitor, e que a maioria aprovou, são aquelas que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas: emprego, saúde, segurança, educação, produção de alimentos. A geração de empregos virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente. O Governo estará empenhado em programas e ações específicas nesse sentido. E se jogará por inteiro no grande desafio – que é do Brasil e não apenas desta ou daquela região; que é de todos e não apenas dos excluídos – de diminuir as desigualdades até acabar com elas.⁷

Ao analisar o discurso do ex-presidente, é possível notar que ele falou do Brasil de forma singular e não plural, pois não considerou a complexidade das diversas regiões do país. Além disso, ao afirmar que o Brasil é de todos e não apenas dos excluídos, ele deixou claro que trataria os brasileiros com igualdade, mas sem equidade, pois quem deveria garantir que os diferentes fossem tratados como diferentes seria a própria sociedade, e não o Estado. Essa afirmação se tornou ainda mais evidente na respectiva fala:

Vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais; às mulheres, que são a maioria do nosso povo e às quais o País deve respeito, oportunidades de educação e de trabalho; às minorias raciais e a algumas quase minorias – aos negros, principalmente -, que esperam que igualdade seja, mais do que uma palavra, o retrato de uma realidade; aos grupos indígenas, alguns deles testemunhas vivas da arqueologia humana, e todos testemunhas da nossa diversidade. Vamos fazer da solidariedade o fermento da nossa cidadania, em busca da igualdade.⁸

É possível perceber em seu discurso, que ele transferiu para a sociedade o papel da intervenção na realidade social por meio da solidariedade, minimizando assim, o papel do Estado nesse processo e garantindo novamente que a hegemonia neoliberal prevalecesse no Brasil.

Deste modo, para garantir a participação do terceiro setor, o governo FHC promulgou as respectivas

7 BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1995, p. 30. Acesso em: 8 mar. 2014.

8 Ibid. p. 32

leis: a de nº 9637 de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre as Organizações Sociais (OS) e também a lei de nº 9790 de 23 de março de 1999, que regulamenta as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

A Lei Complementar nº 101 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foi promulgada durante o Governo FHC. O objetivo da nova lei era equilibrar as contas públicas, de modo que as despesas não viessem a superar as receitas. À época, a LRF surgiu como um bomba para os órgãos públicos, pois, a partir de sua promulgação, as três esferas do governo deveriam seguir uma cartilha para não infringir a lei sob a pena de reclusão pelo infrator de até quatro anos de prisão (BIZON, 2011).

Ao analisar de forma crítica as leis criadas na gestão de FHC, é possível perceber que na prática a administração de órgãos públicos feita pelas OS e pelas OSCIPs, não condizem com o que prevê a LRF. Considerando que a lei preconizou que o gasto com Recursos Humanos em âmbito estadual e municipal é de até 60%, nota-se que quando os serviços são terceirizados, a lei é desrespeitada e nada acontece. Contudo, se a administração pública convocar os aprovados em um concurso público e ultrapassar o limite acima citado, a punição é certa.

Um exemplo claro dessa situação aconteceu no município de Tatuapé em São Paulo. O Hospital Municipal Vereador José Storópolli, conhecido como “Vermelhinho”, estava sob administração indireta por meio de uma OS, que chegou a comprometer a folha de pagamento de pessoal em até 83% e nenhuma punição foi aplicada (BIZON, 2011).

Cabe ressaltar que desde a gestão de Collor o funcionalismo público vem sendo atacado de forma marcante. Afinal de contas, o servidor efetivo não possui seu vínculo de trabalho precarizado, como os funcionários terceirizados possuem, logo, podem ser um empecilho para a administração pública. Os terceirizados temem participar de manifestações, protestos e também fazer parte dos movimentos grevistas, mas o servidor estatutário, pelo contrário, pode organizar diversos movimentos de oposição ao atual governo sem prejuízo das suas funções laborais.

Além disso, durante a sua gestão, Fernando Henrique Cardoso também fez inúmeras críticas a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia (SinTPq) filiado a CUT, publicou uma matéria sobre o projeto de FHC contra a CLT no dia 14 de setembro de 1999. A matéria dizia o seguinte:

[...] FHC aponta a sua artilharia em direção às Leis do Trabalho. Nesta semana ele deve encaminhar, através do ministro do Trabalho Francisco Dornelles, um projeto que, na prática, acaba com o artigo 7º da Constituição Federal, que garante o direito a férias, 13º salário, licença gestante, aviso prévio, multa de 40%, enfim, os mínimos direitos trabalhistas contidos na CLT. O projeto de FHC quer estabelecer que o que for negociado livremente entre patrões e empregados tenha mais valor do que a Lei. [...] “É o negociado sobre o legislado” propagandeia Dornelles que, com seu neoliberalismo, tenta levar o país de volta ao século XIX. É óbvio que a Lei não deve ser empecilho para que os direitos sejam ampliados, mas deve constituir um patamar de regulamentação, garantido aos trabalhadores proteção mínima diante da exploração do capital. Nesse sentido, a CUT já se posicionou contra o projeto, embora Força Sindical e CGT tenham se declarado a favor.

Ora, o que um governo neoliberal mais teme é a organização dos trabalhadores e a participação popular, pois democracia demais, como já disse Negrão [s.d], gera ingovernabilidade.

5.1 O Plano Real e Seus Desdobramentos

Se perguntarmos qual política adotada durante a gestão de FHC que mais teve impacto na economia do país, sem dúvida a resposta seria o Plano Real.

No dia 28 de fevereiro de 2014, comemorou-se os 20 anos da promulgação da Medida Provisória Nº 434, que introduziu a Unidade Real de Valor (URV), uma excelente inovação que adotou a forma de segunda moeda nacional, inicialmente, para servir como referência de valor monetário (FRANCO, 2014).

A URV era o Real desde o começo, pois a MP Nº434 já definia que, quando a URV fosse emitida em forma de cédulas, passaria a servir para pagamentos, o Cruzeiro então seria extinto e a URV teria, finalmente, modificado seu nome para o Real (FRANCO, 2014).

À época, a inflação se aproximava dos 40% mensais, mas, em vista do modo como foi construída, a URV, era uma moeda estável, protegida da inflação, portanto, superior às outras em circulação ou em uso para ordenar contratos, e por isso as substituiu de forma espontânea e rápida (FRANCO, 2014).

Segundo Emiliano José (1999), não é possível negar a competência do Plano Real de controlar a

hiperinflação. É inegável a capacidade do plano, e isso não é pouco para um país que vivia mergulhado e atormentado pelo furacão inflacionário.

Será, contudo, que desde o marco inaugural do Plano Real, em 1994, a economia brasileira navegou em mares calmos e ficou imune as tempestades e aos furacões da economia mundial, como afirmam as vozes tucanas? Já falamos do mérito, agora vamos ao outro lado da realidade do Plano Real, afinal de contas, o Governo FHC, ao contrário do que anunciam, não estabilizou a economia brasileira (EMILIANO, 1999).

As bases políticas do Plano Real foram receitas pelo FMI, uma vez que se pretendia liberar a entrada de capitais estrangeiros e promover uma forte recessão no país. As consequências desta política foram: a desindustrialização, a privatização das estatais e a retirada do Estado dos serviços públicos, como saúde, educação, transporte e infraestrutura (GIANOTTI, 2007).

O Professor Theotônio dos Santos (2006) ao falar do Plano Real, analisou a situação econômica do país da seguinte maneira:

A situação econômica atual é resultado de políticas anteriores, sobretudo a que se consolidou no Plano Real. A minha análise dessa política é extremamente negativa. Eu não aceito algumas das ideias que são quase consensuais no País que parecem extremamente equivocadas frente aos dados. Em primeiro lugar, a ideia de que o Plano Real trouxe para o País uma situação de responsabilidade fiscal e uma situação de controle de moeda e inflacionário é totalmente absurda para um país que tinha 52 bilhões de reais de dívida, e deixou o governo com um trilhão de reais de dívida, ou seja, um aumento, em oito anos, de cerca de dois mil por cento. Se aumentasse cerca de dez, vinte, cem por cento já seria muito, mas dois mil por cento é um caso de irresponsabilidade fiscal pouco conhecido na história da humanidade⁹

Apesar dos graves equívocos cometidos pelos organizadores e condutores do Plano Real, é possível afirmar que o plano deixou uma herança benigna para a sociedade, pois existe atualmente, uma consciência anti-inflacionária, para a qual o Plano Cruzado também contribuiu (SICSÚ, 2014).

Mesmo considerando que o pensamento neoliberal colaborou ao longo dos anos para a despolitização da sociedade, é inegável que ele deixou como herança uma consciência a respeito da inflação, o que já foi bastante positivo. Contudo, essa faceta permanece presente de forma emblemática através da mídia e da escola, e é explorada pelos principais aparelhos ideológicos

9 Entrevista concedida por telefone a Revista Eletrônica do Instituto Humanitas Unisus (IHU On-Line) em 21 de Dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/3347>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

utilizados pela classe dominante a fim de garantir sua hegemonia¹⁰ na sociedade.

Segundo Miranda (2011, p.6) “Por apresentar certo grau de instabilidade, a hegemonia pressupõe a contra-hegemonia, ou seja, forças que resistem à ação dirigente/dominante, propondo projetos alternativos ao estabelecido”.

10 Para Gramsci, a hegemonia seria a capacidade de um grupo social unificar em torno de seu projeto político um bloco mais amplo não homogêneo, marcado por contradições de classe. O grupo ou classe que lidera este bloco é hegemônico porque consegue ir além de seus interesses econômicos imediatos, para manter articuladas forças heterogêneas, numa ação essencialmente política, que impeça a irrupção dos contrastes existentes entre elas. Logo, a hegemonia é algo que se conquista por meio da direção política e do consenso e não mediante a coerção. Pressupõe, além da ação política, a constituição de uma determinada moral, de uma concepção de mundo, numa ação que envolve questões de ordem cultural, na intenção de que seja instaurado um “acordo coletivo” através da introjeção da mensagem simbólica, produzindo consciências falantes, sujeitos que sentem a vivência ideológica como sua verdade. O pensamento político e ideológico, dessa forma, apresenta-se como uma realidade prática, porque, ao ser compreendido e aceito pelos atores sociais, torna-se poder. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=8:antonio-gramsci-e-a-construcao-da-nova-hegemonia&catid=2:artigos>. Acesso em: 28 abr. 2014.

6. Considerações Finais

A presente pesquisa nos revelou a visão do neoliberalismo sobre a democracia, visão esta que vai na contramão de uma democracia plena, onde existe participação popular. Para o neoliberalismo a democracia ideal é a representativa, pois ela garante que a cidadania seja exercida apenas nas eleições, pelo voto obrigatório. No entanto, esse modelo de representatividade vem se mostrando, no Brasil e no mundo, como sendo insuficiente para atender aos anseios da sociedade. Por este motivo, instaurou-se uma crise no modelo de democracia representativa. Já a democracia social, é considerada um empecilho para o desenvolvimento, segundo a ótica do neoliberalismo, que vê no excesso de democracia um risco a governabilidade.

Os postulados neoliberais receitados pelo *Consenso de Washington*, tiveram sua adesão no início do governo Collor, e se manteve ao longo das gestões de Itamar Franco e FHC. Durante 12 anos, o Brasil ficou a mercê da lógica do mercado, o Estado não podia mais intervir na economia, pois passou a ser considerado um Estado mínimo, sendo este modelo contrário ao que viveu o país no período do Estado providência.

Embora a Constituição Federal de 1988 afirma ser o Brasil, um Estado Democrático de Direito e uma democracia participativa, houve grande esforço por parte dos governos neoliberais para retroceder e minimizar as conquistas alcançadas pela sociedade e também pela classe trabalhadora. Os direitos sociais e trabalhistas foram colocados em xeque o tempo todo. O funcionalismo público foi duramente atacado e as estatais brasileiras foram vendidas por preços desprezíveis. Foi um verdadeiro desmonte do Estado e o fim da era desenvolvimentista protagonizada por Vargas.

A década de 1990 foi marcada por inúmeras manifestações e movimentos grevistas. Os sindicatos não ficaram inertes ao que estava acontecendo no país. Houve muita mobilização, de um lado o governo tentando impor seu conservadorismo e do outro os trabalhadores lutando para manter seus direitos. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi a entidade que mais se destacou enquanto oposição aos governos neoliberais.

Por tudo isso, é possível afirmar que o neoliberalismo trouxe mais prejuízos do que benefícios para o país. Por isso, é preciso combater esse modelo hegemônico a partir de um modelo contra-hegemônico, que oportunize o exercício da plena cidadania, a participação popular; valores que só podem ser estabelecidos e mantidos através de uma gestão democrática e popular, que encontrem no

Estado o principal fomentador desta política de participação.

Referências

ALMEIDA, Monica Piccolo. Programa Nacional de Desestatização do Governo Collor: Uma leitura Gramsciana. *Polis: Laboratório de História Econômico-social*. Texto de discussão n° 10. Rio de Janeiro, 2007.

BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. [S.l.:s.n.], 1994.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). *O Projeto de Reconstrução Nacional*. Brasília, 1990.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). *Discurso de Posse no Congresso Nacional*. Brasília, 1995.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. 13ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

BIZON, Eduardo. *A Lei de Responsabilidade Fiscal e as Organizações Sociais*. 2011. Disponível em: <<http://advivo.com.br/blog/eduardo-bizon/a-lei-de-responsabilidade-fiscal-e-as-organizacoes-sociais>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

BNDES (Brasil). *Privatização - Federais – Telecomunicações*. 2009. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Privatizacao/telecomunicacoes.html>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 4ª reimpr. da 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

CLÉVE, Clèmerson Merlin. 25 anos da Constituição Federal: há o que comemorar? *Gazeta do Povo*. Londrina: 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito/artigos/conteudo.phtml?id=1413602&tit=25-anos-da-Constituicao-Federal-ha-o-que-comemorar>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU (Brasil). *Olho Vivo no dinheiro público. Controle Social. Orientações ao cidadão para participação na gestão pública e exercício do controle social*. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. Brasília, 2010.

CORDEIRO, Windsor Malaquias. *Democracia: uma mudança de paradigma*. 01 ago. 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13491&revista_caderno=27>. Acesso em: 02 dez. 2013.

29

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Revista Política & Sociedade*. N° 5, outubro de 2004.

DIAS, Luiz Antônio. Política e Participação Juvenil: os “caras-pintadas” e o movimento pelo

impeachment. *História Agora: A Revista de História do Tempo Presente*, p. 1-18. São Paulo. [s.d.] Disponível em: <http://www.historiagora.com/dmdocuments/politica_e_participao_juvenil_cp.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2014.

EMILIANO, José. As verdades do Plano Real. *Carta Capital, Economia*. 2009. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/as-verdades-do-plano-real>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

FRANCO, Gustavo. 20 anos do Plano Real. *O Globo Economia*. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/20-anos-do-plano-real-11687119>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

GAROFANO, Rafael Roque. *Capitalismo e democracia na pós-modernidade: uma análise crítica da teoria democrática de Boaventura de Sousa Santos*. 01 mar. 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11216&revista_caderno=24> Acesso em: 02 dez. 2013.

GIANOTTI, Vito. *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GONDIN, Sônia Maria Guedes; FISCHER, Tânia. O discurso, a análise de discurso e a metodologia dos discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. *Cadernos Gestão Social*. Vol. 2, Nº 1, 2009.

GRACIOLLI, Edilson José. O ideário Neoliberal e a Força Sindical. *Estudos de Sociologia*. Uberlândia, 1997, p. 91 – 117.

HERCOVITZ, Heloisa Golbspan. O Neoliberalismo na Imprensa Brasileira. Estudo Exploratório Sobre o Noticiário de Economia da Revista VEJA. *INTERCOM – Rev. Bras. de Com.*, S. Paulo, Vol XVII, nº 2, pág 100 – 109, jul/dez 1994.

MACIEL, David. O governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990 – 1992). *Revista UFG*. Ano XIII nº 11. Dezembro 2011.

MARCELINO, Fernando. *Uma estratégia do pós neoliberalismo ao socialismo*. 2011. Disponível em: <http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6671&Itemid=79>. Acesso em: 24 abr. 2014.

MINAYO, M. C. S. & DESLANDES, S. F.. Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. In: ____ *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 22. ed. Petrópolis: Vozes. 2003, p. 09-29.

MIRANDA, Luiz Cesar dos Santos. *Gramsci, Hegemonia, Contra-Hegemonia e Movimentos Sociais*. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Marxismo, Educação e Emancipação Humana. Florianópolis: 2011.

NEGRÃO, João José de Oliveira. *O governo FHC e o neoliberalismo*. [s.d.]. Disponível em : <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf>. Acesso em : 02 dez. 2013.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Ideologias Econômicas e Democracia no Brasil. Trabalho apresentado no seminário L'internationalisation de la Democratié Politique, organizado pela Universidade de Montreal, 28 de setembro a 5 de outubro de 1988. *Revista Estudos Avançados*, p. 46 a 63.

ROCHA, Bruno Lima. Democracia liberal X Democracia social. *Estratégia & Análise*. Rio Grande, 2009. Disponível em: <<http://www.estrategiaeanalise.com.br/ler02.php?idsecao=e8f5052b88f4fae04d7907bf58ac7778&&idtitulo=820b937ed4c3e594553f365ef6801189>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

RODRIGUES, FERNANDO. *28 anos de democracia*. Brasília: 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernandorodrigues/1208779-28-anos-de-democracia.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

SADER, Emir (Org). A construção da hegemonia pós neoliberal. In: _____ *10 anos de governos pós neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. Rio de Janeiro. Flasco Brasil, 2013, p. 136 -143.

SALLUM JR, Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. ACESSA. 1999. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=71>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

SICSÚ, João. 20 anos depois: quem são os donos do plano Real? *Carta Capital – Economia*. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/20-anos-depois-quem-sao-os-donos-do-plano-real-407.html>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE PESQUISA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. FHC quer fim da CLT. *SinTPq informa*. Ano 9, nº 317. Campinas: 14 set. de 1999. Disponível em: <<http://sintpq.org.br/sites/default/files/bo990914.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

SOUZA, Claudio André. *Pensar a democracia: desafios e reflexões sobre a representação política na contemporaneidade*. *Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA* No 02 – Ano 3 – junho/2012.

TILIO, Rogério. Revisitando a Análise Crítica do Discurso: um instrumental teórico-metodológico. *Revista do Curso de Letras da UNIABEU*. v. I, Número 2, Nilópolis: Mai. -Ago, 2010.